



MOÇÃO

Os governos socialistas de António Costa de 2015 a 2022 deram um súbito fim à política do governo PSD-CDS que determinava quotas de fixação de contingentes laborais para autorização de entrada em Portugal, isto é, um regime que limitava a entrada de imigrantes à necessária sintonia com as necessidades do mercado de trabalho nacional.

Desta forma o governo socialista escancarou totalmente as portas de Portugal a todos os estrangeiros que desejavam imigrar para outro país bastando para tal apresentar uma simples manifestação de interesse.

Assim os governos socialistas fizeram disparar a imigração independentemente das efetivas necessidades de Portugal, em que situações essa imigração iria ter lugar, que condições iriam os imigrantes encontrar em Portugal ou das fragilidades e impactos sociais que a mesma produziria.

É conhecido e sentido por todos os lisboetas o caótico impacto produzido pela imigração descontrolada em Portugal durante a governação socialista da república e da cidade de Lisboa, onde são mais evidentes as condições de desumanidade daquela política com um elevado número de emigrantes que, não só não têm a sua situação regularizada (mais de 400 processos pendentes na AIMA) como muitos estão sem trabalho e a dormir nas ruas ao relento ou em tendas.

Em resposta aos problemas da herança da governação socialista o governo do PSD-CDS lançou há dias um urgente plano dedicado à imigração.

Plano que detetou 12 problemas como ponto de partida, 4 eixos de acção (imigração regulada; atração de talento estrangeiro; integração humanista que funciona; reorganização institucional) e 41 medidas que contemplam por exemplo a extinção da figura da manifestação de interesse, o aumento da capacidade dos Espaços Equiparados a Centros de Instalação Temporária (EECIT e a criação de novos Centros de Instalação Temporária (CIT).

Por seu turno o executivo PSD/CDS da CML, inconformado com a forma como estão a ser acolhidos os imigrantes que o Estado português autorizou a entrar no país, tem vindo a dar prioridade a uma resposta, integrada e humana, aos impactos e problemas associados à imigração ilegal e/ou desregulada que conduziu aquelas pessoas à situação de sem-abrigo.

Recentemente o Eng. Carlos Moedas afirmou que tem reclamado por "uma política de imigração com dignidade" em Portugal, porque "essa política não existia" e que a falta de proteção dos imigrantes "multiplicou as redes de tráfico" e considerou que o plano apresentado pelo Governo vem responder a essa necessidade.

O senhor Presidente da CML transmitiu ainda o desejo de ter centros de acolhimento de imigrantes em Lisboa tendo salientado que a CML não possui locais para os mesmos e que teria de ser o governo a ceder instalações, a decidir os locais e que a CML possui disponibilidade para investir, para fazer as obras nos locais determinados pelo governo.

Desta forma a Assembleia de Freguesia da Ajuda delibera:

- 1- Saudar o governo pelo Plano de Ação para as Migrações *1 A favor PS/BE/PS*
- 2- Saudar a CML pelo investimento municipal de 70 milhões de euros até 2030 nas pessoas em situação de sem-abrigo. *3 PSD 3 Abstenção 8 PS*
- 3- Saudar a CML pela disponibilidade de efetuar obras nos locais decididos pelo governo para EECIT e CIT que permita pôr fim à situação de indignidade em que muitos imigrantes se encontram nas ruas de Lisboa. *2 favor 3 abstenção 8 PS*
- 4- Solicitar que o governo efetue uma cuidada análise dos eventuais locais tendo também em consideração os residentes e que o planeamento dos locais escolhidos contemple um plano de ação para anular potenciais impactos na área envolvente e que tenham natureza temporária. *4 a favor 2 PCP 1 COS 1 PSD 8 PS*
- 5- Solicitar que a Junta de Freguesia inicie o planeamento de um centro intergeracional de forma a responder às necessidades dos fregueses da Ajuda identificando espaços municipais disponíveis. *2 PSD 1 CM 1 PCP/BE/PS 8 PS*
- 6- Solicitar que a CML contribua para a criação de um centro intergeracional capaz de responder às necessidades dos lisboetas desta área de Lisboa. *1 favor 1 PS 2 PCP 1 BE 1 PSD 1 COS*
- 7- Solicitar a criação na Assembleia de Freguesia de uma Comissão de acompanhamento da imigração e das pessoas em situação de sem-abrigo *7 favor 8 PS*

(2) PCP/BE/PSD/COS
A favor 1 1 1

8 PS
Contre

8